



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

SS  
A

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nº 0056333-3/01 (N.P.U. 0005327-10.2002.8.17.0000)**

**Embargante: Estado de Pernambuco e outro**

**Embargado: Abricava Construção e Mineral S/A**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REJULGAMENTO. DECISÃO STJ RECONHECENDO AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. JUROS MORATÓRIOS. 1. Trata-se do rejulgamento dos Embargos Declaratórios em epígrafe, ante a determinação do Superior Tribunal de Justiça que deu provimento ao Recurso Especial interposto pelo Estado de Pernambuco, reconhecendo a violação ao art. 535 do CPC, determinando que esta Corte se manifeste sobre a matéria articulada e não tratada no julgamento primevo dos referidos aclaratórios. 2. No caso ora em apreço, os juros moratório devem ser aplicados a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal. 3. Por tais razões, os Embargos Declaratórios são conhecidos e providos em parte para que, sanadas as omissões alegadas, sejam-lhes atribuídos efeitos infringenciais, dando provimento ao Recurso de Agravo para modificar o *decisum* ora vergastado e determinar que os juros de mora sejam aplicados em conformidade com o artigo 15-B do Decreto-Lei 3.365/42.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0056333-3/01, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento aos Embargos de



SG  
M

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27/09/14.

**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**Relator**



5x  
M

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nº 0056333-3/01 (N.P.U. 0005327-10.2002.8.17.0000)**

**Embargante: Estado de Pernambuco e outro**

**Embargado: Abricava Construção e Mineral S/A**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de Acórdão proferido nos autos do Recurso de Apelação nº 0056333-3 pela 3ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça.

A embargante argumenta, em síntese, que a decisão embargada foi omissa e contraditória, na medida em que deixou de analisar alguns fatos apresentados na demanda, em especial ao recurso *ex officio*, eis que, apenas, pronunciou-se acerca dos recursos voluntários.

Sustenta também que houve omissão na decisão por não ter sido esclarecido a questão da incidência dos juros compensatórios.

Aduz, ainda, que a decisão é contraditória, pois alegou que a ocupação do bem teria ocorrido em março de 1984, e, o documento anexado relativo ao Processo Administrativo é de 17/09/1991, ou seja, o pedido administrativo foi veiculado após o decurso de mais de sete anos, quando prescrito o direito a reclamação administrativa.

Ao final, requer o acolhimento dos presentes Aclaratórios, com os efeitos daí decorrentes, com especial finalidade de cumprir as exigências do prequestionamento, contidas nas Súmulas 282 e 356 do STF.

Foi proferido julgamento pela 3ª Câmara Cível, que rejeitou os Embargos Declaratórios à unanimidade de votos.

O Estado de Pernambuco interpôs Recurso Especial alegando que o acórdão do julgamento dos Embargos Declaratórios contrariou o disposto nos artigos 535, I e II do CPC; 1º do Decreto n. 20.910/32 e 2º do Decreto Lei n. 4.597/42, como também dissentiu do disposto na Súmula 69/STJ, ao fixar juros compensatórios a partir da efetiva ocupação do imóvel, quando não comprovada nos autos a data do apossamento, bem como da



58  
4

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Súmula 70/STJ, que estipula como termo inicial dos juros moratórios o trânsito em julgado da sentença, o qual teve seu seguimento negado pelo Vice-Presidente deste e. Tribunal de Justiça, apresentando o Agravo de Instrumento nos termos do art. 543-C do CPC, cujo provimento foi negado pelo Ministro Mauro Campbell Marques do STJ, vindo o Estado a socorrer-se do Agravo Regimental.

No julgamento do referido Agravo Regimental, o relator concluiu que este e. Tribunal de Justiça não se manifestou de forma satisfatória sobre o vício da omissão suscitado nos embargos declaratórios, notadamente no que diz respeito à incidência dos juros moratórios a partir da citação.

Assim sendo, fez constar da decisão que *"(...) Destarte, constatada a deficiência na prestação jurisdicional realizada na origem, devem os autos retornar ao Tribunal "a quo" para que seja sanadas as omissões e contradições apontadas nos embargos de declarações opostos, eis que, na hipótese, restou violado o art. 535 do CPC"*.

Vieram-me os autos conclusos para cumprimento da referida decisão em 08 de abril de 2013.

É o Relatório.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

59  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nº 0056333-3/01 (N.P.U. 0005327-10.2002.8.17.0000)**

**Embargante: Estado de Pernambuco e outro**

**Embargado: Abricava Construção e Mineral S/A**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**VOTO**

Trata-se do re julgamento dos Embargos Declaratórios em epígrafe, ante a determinação do Superior Tribunal de Justiça que deu provimento ao Recurso Especial interposto pelo Estado de Pernambuco, reconhecendo a violação ao art. 535 do CPC, determinando que esta Corte se manifeste sobre a matéria articulada e não tratada no julgamento primevo dos referidos aclaratórios.

O acórdão vergastado pelos presentes embargos foi proferido nos seguintes termos:

***“EMENTA - , Apelação Cível. Ação ordinária de Hifenização. Edificação de Imóvel em área de terceiro. Rejeição unânime das preliminares de desconhecimento recursal e a da prescrição quinquenal. Provimento parcial unânime dos recursos para inclusão na verba indenizatória dos juros compensatórios a partir da data da efetiva ocupação do terreno e, também para reduzir a sucumbência honorária para dez por cento (10%). Acordam os Desembargadores da Terceira Câmara Cível, deste T.J.-PE, convergentemente, em desacolher a preliminar de não conhecimento do recurso e de prescrição quinquenal, bem com em prover parcialmente (mérito) para inclusão dos juros compensatórios e redução dos honorários para dez por cento (10%), conforme votos taquigrafados.”***

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, este e. Tribunal não se manifestou de forma satisfatória sobre os alegados vícios, notadamente no que diz respeito a incidência de juros moratórios a partir da citação.

*GMK*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

Nas suas alegações, o Estado de Pernambuco alega que o Acórdão proferido pela Colenda Terceira Câmara Cível do TJPE restou omissa e contraditória, na medida em que deixou de analisar alguns fatos apresentados na demanda, em especial ao recurso *ex officio*, eis que, apenas, pronunciou-se acerca dos recursos voluntários, e a prescrição quinquenal; além de não haver pronunciamento explícito quanto a efetiva data de ocupação do referido imóvel, dado importante para a fixação dos juros compensatórios. Ademais, deixou de se manifestar acerca da incidência dos juros moratórios, para que seja aplicados a partir da citação.

No caso ora em apreço, observo que a que o Acórdão vergastado apenas quedou silente em relação aos juros moratórios, as demais questões trazidas à baila foram examinadas de forma clara, coerente e satisfatória.

Em decisões reiteradas, o STJ pacificou o entendimento que os juros de mora devem incidir a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Merecem, então, serem acolhidos os Embargos de Declaração para sanar a contradição referente a incidência dos juros de mora, nos termos postulados pelo embargante.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. HONORÁRIOS. ARTIGO 27, § 1º, DO DL 3.365/41 NÃO PREQUESTIONADO. MATÉRIA QUE SEQUER FOI OBJETO DO APELO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. MP 1.577/97 (ATUAL 2.183-56/2001), QUE INTRODUZIU O ART. 15-B AO DL 3.365/41.

1. Ressente-se o recurso especial do devido prequestionamento no que tange ao artigo 27, § 1º, do Decreto-Lei n. 3.365/41, que versa sobre a fixação dos honorários advocatícios, já que sobre essas normas não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, até mesmo porque a matéria sequer foi objeto do recurso de apelação, incidindo, por analogia, a orientação inserta na Súmula 282/STF. 2. O termo inicial dos juros moratórios nas desapropriações indiretas é o dia 1º de janeiro do exercício financeiro seguinte àquele em que o pagamento deveria ter sido efetuado, tal como disposto no art. 15-B do Decreto-Lei n.º 3365/41, dispositivo que deve ser aplicado às desapropriações em curso no momento em



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

que editada a MP n.º 1577/97. Precedentes. 3. Recurso especial provido para que os juros moratórios incidam a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao que o pagamento deveria ter sido efetuado, na razão de 6% ao ano. (STJ . Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 23/06/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - ALEGADA OMISSÃO ACERCA DO TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS - APLICAÇÃO DO ART. 15-B DO DECRETO-LEI N. 3.365-41. Com a edição da Medida Provisória n. 1.577, de 11 de junho de 1997, e suas sucessivas reedições, introduziu-se o artigo 15-B ao Decreto-lei n. 3.365/41, que passou a dispor que "os juros moratórios somente serão devidos à razão de até seis por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição". Embargos de declaração acolhidos para determinar a aplicação de juros moratórios em conformidade com o disposto no artigo 15-B do Decreto-lei n. 3.365/42. (STJ - EDcl no REsp: 439014 RJ 2002/0061291-1, Relator: Ministro FRANCIULLI NETTO, Data de Julgamento: 02/12/2004, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 30.05.2005 p. 276).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - ALEGADA OMISSÃO ACERCA DO TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS - APLICAÇÃO DO ART. 15-B DO DECRETO-LEI N. 3.365-41. Com a edição da Medida Provisória n. 1.577, de 11 de junho de 1997, e suas sucessivas reedições, introduziu-se o artigo 15-B ao Decreto-lei n. 3.365/41, que passou a dispor que "os juros moratórios somente serão devidos à razão de até seis por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição". Embargos de declaração acolhidos para determinar a aplicação de juros moratórios em conformidade com o disposto no artigo 15-B do Decreto-lei n. 3.365/42. (STJ - EDcl no REsp: 439014 RJ 2002/0061291-1, Relator: Ministro FRANCIULLI NETTO, Data de Julgamento: 02/12/2004, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 30/05/2005 p. 276)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

62  
M

Por tais razões, CONHEÇO e DOU PARCIAL PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios para que, sanada a omissão alegada, sejam-lhes atribuídos efeitos infringenciais, pelo que, DOU PROVIMENTO ao Recurso de Agravo modificando o *decisum* vergastado no sentido de que os juros de mora sejam aplicados em conformidade com o artigo 15-B do Decreto-Lei 3.365/42.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator